



Acessibilidade e Inclusão no Ambiente Universitário: Uma Análise Sociológica das Barreiras e Desafios para a Promoção da Saúde Mental

Luana Nascimento Rocha Simão¹

Resumo

Este trabalho analisa sociologicamente as barreiras e desafios enfrentados por estudantes com deficiência e/ou neurodivergência no ambiente universitário, destacando o impacto dessas barreiras na promoção da saúde mental e na prevenção do suicídio.

A partir de uma pesquisa qualitativa, baseada em análise documental e aplicação de questionário junto a discentes da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara, buscou-se compreender as diferenças de vivência entre alunos com e sem deficiência e/ou neuro-divergência, a efetividade das políticas de inclusão e o papel da universidade no acolhimento e na equidade.

Os resultados indicam a presença de barreiras metodológicas, programáticas e sociais que afetam majoritariamente estudantes com deficiência e/ou neuro-divergência, destacando a ausência de formação adequada dos docentes e de recursos especializados como principais entraves.

A análise, fundamentada em autores como Émile Durkheim, Maria Helena Souza Patto e Paul F. Lazarsfeld, evidencia a reprodução de desigualdades e a necessidade de mudanças estruturais e culturais para assegurar o cuidado psicossocial, a permanência estudantil e a equidade de oportunidades, promovendo saúde mental e bem-estar na comunidade acadêmica.

Palavras-chave: acessibilidade; inclusão; saúde mental; permanência estudantil; equidade.

Introdução

A promoção da saúde mental no ambiente universitário está intrinsecamente ligada às condições estruturais, pedagógicas e culturais que compõem a vida acadêmica.

Historicamente organizadas sob padrões homogêneos de desempenho e conduta, as universidades reproduzem desigualdades que incidem de forma mais intensa sobre grupos historicamente marginalizados, entre eles estudantes com deficiência e neuro-divergência.

¹Graduanda em Ciências Sociais. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Araraquara.

Ainda que dispositivos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e políticas institucionais estabeleçam princípios de equidade e acolhimento, a efetivação dessas garantias permanece atravessada por barreiras significativas.

Tais barreiras não apenas comprometem a inclusão e a permanência estudantil, como também impactam diretamente a saúde mental, gerando sofrimento psíquico, fragilizando redes de apoio e, em situações extremas, contribuindo para a evasão e para riscos relacionados ao suicídio. O ambiente universitário, quando estruturado a partir de padrões rígidos de progressão e aprendizagem, tende a naturalizar a exclusão ao transferir para o indivíduo a responsabilidade por fracassos que são, na verdade, produzidos coletivamente.

Nesse contexto, compreender a articulação entre acessibilidade, inclusão e saúde mental torna-se fundamental para repensar as universidades como espaços de cuidado, permanência e justiça social. A presente pesquisa, desenvolvida na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara, investiga como barreiras institucionais e pedagógicas atravessam a experiência acadêmica de estudantes com e sem deficiência e/ou neuro-divergência, e de que modo tais barreiras repercutem na permanência estudantil e no cuidado psicossocial.

Ao articular análise documental, aplicação de questionário e interpretação teórico-sociológica, busca-se evidenciar as tensões entre o previsto em lei e a prática cotidiana, bem como indicar caminhos possíveis para a construção de ambientes universitários efetivamente inclusivos e promotores de saúde mental.

Objetivos

A pesquisa teve como objetivo geral analisar de que maneira as barreiras de acessibilidade e inclusão presentes no ambiente universitário afetam a saúde mental, a permanência estudantil e o cuidado psicossocial de estudantes com e sem deficiência ou neuro-divergência.

De forma articulada, buscou mapear os diferentes tipos de barreiras, dentre elas: arquitetônicas, metodológicas, programáticas, atitudinais e sociais, relatadas pelos discentes da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara, comparando as vivências entre estudantes com e sem deficiência e/ou neuro-divergência no que se refere ao acolhimento e às condições de permanência.

A investigação também procurou identificar percepções sobre a atuação institucional, especialmente no que tange à formação docente, à disponibilidade de pessoal especializado e à adequação dos recursos.

A partir de uma leitura sociológica, buscou-se interpretar as barreiras encontradas como expressões da reprodução de desigualdades, relacionando-as aos efeitos sobre a saúde mental, e, por fim, contribuir com subsídios para a formulação de propostas institucionais que articulem inclusão, equidade e promoção da saúde mental no contexto universitário.

Metodologia *(se pesquisa)*

A investigação adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental de relatórios governamentais e censos institucionais, e na aplicação de um questionário anônimo aos discentes.

O desenho do questionário seguiu uma lógica de cruzamento de dados inspirada nas contribuições metodológicas de Paul F. Lazarsfeld, garantindo a coleta de informações qualitativas e quantitativas capazes de identificar padrões e diferenças significativas.

O instrumento foi divulgado entre 23 e 27 de abril de 2024 e obteve 56 respostas, sendo 41 de alunos sem deficiência e/ou neuro-divergência (73,2%) e 15 de alunos com deficiência e/ou neuro-divergência (26,8%). O perfil geral dos respondentes indicou maioria entre 18 e 34 anos (94,6%), predominantemente brancos (66,1%) e concentrados no curso de Ciências Sociais (57,1%).

Entre os discentes com deficiência e/ou neuro-divergência, 80% se enquadram em condições neuro-divergentes, com destaque para TDAH, TEA, transtorno bipolar e transtornos depressivos ou ansiosos associados. A investigação adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental de relatórios governamentais e censos institucionais, bem como na aplicação de um questionário anônimo aos discentes.

O desenho do questionário seguiu uma lógica de cruzamento de dados inspirada nas contribuições metodológicas de Paul F. Lazarsfeld, permitindo a coleta de informações qualitativas e quantitativas para a identificação de padrões e diferenças significativas.

Resultados

A pesquisa evidenciou fragilidade institucional quanto à inclusão e à saúde mental no ambiente universitário.

O perfil dos 56 respondentes mostrou maioria entre 18 e 34 anos (94,6%), brancos (66,1%) e do curso de Ciências Sociais (57,1%).

Entre os estudantes com deficiência e/ou neuro-divergência, 80% relataram condições como TDAH, TEA, transtorno bipolar e transtornos depressivos ou ansiosos. Nesse grupo, 60% afirmaram enfrentar barreiras significativas, sobretudo metodológicas (16,9%), programáticas (13,6%) e sociais (13,8%).

Já os estudantes sem deficiência ou neuro-divergência citaram barreiras metodológicas (14,8%), arquitetônicas (13,1%), urbanísticas (11,9%), atitudinais (11,4%) e programáticas (10,8%). Em ambos os grupos, destacaram-se a falta de formação docente, a ausência de pessoal especializado e a escassez de recursos. Aproximadamente 80% avaliaram o atendimento institucional como regular ou ruim.

Os relatos qualitativos apontaram um ambiente hostil, marcado por recusa de adaptações, deslegitimação de necessidades, excesso de pressões acadêmicas e perseguições veladas, agravando a sensação de injustiça e desamparo.

Desenvolvimento

A análise demonstra que as barreiras enfrentadas pelos discentes não decorrem de fatores individuais, mas de estruturas institucionais que naturalizam práticas excludentes.

À luz de Durkheim (2007), tais barreiras funcionam como fatos sociais coercitivos, impondo padrões rígidos que desconsideram a diversidade. Esse cenário dialoga com a crítica de Patto (2022) à produção do fracasso escolar, em que a responsabilidade pela exclusão é deslocada para o estudante, quando, na verdade, deriva de desigualdades estruturais.

Os achados também convergem com o Diagnóstico sobre Pessoas com Deficiência (2023) e com o Censo da Diversidade UNESP (2021), que apontam falhas persistentes na efetivação de políticas de acessibilidade e na formação docente. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (2015) assegure a eliminação de barreiras, a implementação ainda é insuficiente. Assim, a saúde mental deve ser entendida como atravessada por fatores sociais e institucionais, revelando que a ausência de acolhimento, de serviços adequados e de práticas inclusivas compromete a função formativa e equitativa da universidade.

Conclusões

A investigação demonstrou que as barreiras enfrentadas por estudantes com e sem deficiência e/ou neuro-divergência são múltiplas e estruturais, evidenciando que a exclusão acadêmica não decorre de insuficiências individuais, mas de práticas institucionais que reproduzem desigualdades. Os dados reforçam a leitura de Durkheim acerca da coerção social e dialogam com a análise de Patto sobre a produção do fracasso escolar, indicando que a universidade, ao negar condições equitativas de participação, perpetua processos de exclusão naturalizados.

Para enfrentar esse cenário, não bastam adaptações pontuais ou individuais. É necessário promover mudanças institucionais e culturais que envolvam a revisão curricular, a flexibilização metodológica, a formação docente continuada, a ampliação de equipes especializadas e a efetivação de políticas públicas que garantam condições de permanência e cuidado. Promover a saúde mental na universidade significa, portanto, enfrentar desigualdades estruturais, desnaturalizar hierarquias e construir ambientes acadêmicos inclusivos, capazes de assegurar o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

Referências

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- PATTO, Maria Helena Souza. A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebeldia. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 2022.
- MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. Pessoas com Deficiência – Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis. Brasília, 2023.
- KLEIN, Ana Maria; SOUZA, Leonardo Lemos de. Censo sobre a Diversidade UNESP 2021.
- OLIVEIRA, Andre Luiz Nunes de. [mensagem pessoal]. 9 de maio de 2024. [para] SIMÃO, Luana Nascimento Rocha.